

**Professor: Fernando Battistini**

---

### PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

O governo de D. Pedro II era muito bem avaliado pelos populares brasileiros, visto que foi ele quem promoveu a Abolição da Escravatura. Porém, para as elites, o reinado trazia críticas, que quando somadas, levam a uma conspiração e consequentemente, ao fim do período imperial.

Os problemas começam com o Papa proibindo a entrada de maçons na Igreja Católica. D. Pedro II, católico e maçom, usa o seu poder de chefe religioso da nação e recusa esta medida no Brasil. Desta forma, a Bula Papal não tinha valor nas igrejas brasileiras, a medida, no entanto, desagrada os padres, que protestam contra o imperador. Em represália, vários deles são presos, criando uma insatisfação ainda maior.

O exército também rompe com D. Pedro devido aos desmandos dele durante a guerra do Paraguai. No auge do conflito o grande herói militar, Duque de Caxias, é retirado do poder para que o príncipe consorte, Conde D'Eu, assumisse o comando. A medida cria uma insatisfação imensa entre as tropas, que somado ao pensamento positivista, que fazia a cabeça dos jovens oficiais, fez com que os militares tramassem a queda do imperador.

Até mesmo a elite rural brasileira estava descontente com o Imperador. Desde 1870, as elites produtoras de café exigiam o federalismo, que daria a eles mais poderes, frente à centralização existente no governo de D. Pedro II. Após a abolição, em 1888, a situação fica crítica para o reinado. Os donos de escravos exigiam uma recompensa financeira por todos os escravos que seriam libertos com a Lei Áurea.

Em 15 de Novembro de 1889, estes três grupos, liderados pelos militares, unem as suas causas, e retiram D. Pedro II do poder.

### REPÚBLICA DA ESPADA

Após a proclamação, o exército toma o poder, na figura do Marechal Deodoro da Fonseca. Durante este período as bases da primeira república (1889-1930).

Coube a Deodoro a elaboração da primeira constituição da República Brasileira. Esta previa que os presidentes seriam escolhidos em eleições realizadas de quatro em quatro anos, sendo que apenas homens, maiores de 21 anos e alfabetizados teriam direito a voto, que era aberto (devia ser declarado em voz alta). Politicamente o Brasil adotava o federalismo, permitindo que os estados controlassem suas economias a partir da criação de governos estaduais.

O primeiro presidente não aceitou a nova constituição, e tentou fazer com que esta não fosse promulgada, no entanto, com ameaças de impeachment, Deodoro renúncia ao cargo, passando o poder ao então vice-presidente o Marechal Floriano Peixoto.

No entanto, antes de renunciar, Deodoro da Fonseca acaba destruindo a economia brasileira, com a política do Encilhamento. Em busca de medidas que levassem a industrialização, o Brasil facilita os empréstimos permitindo, inclusive, que bancos imprimissem dinheiro para facilitar essa disponibilidade de crédito. Esta medida tira o valor da moeda brasileira, fazendo com que fossem necessário mais capital para a compra de produtos importados e para o pagamento das dívidas herdadas do império.

Floriano assume tendo que controlar essa crise econômica, e sendo extremamente questionado por não realizar as eleições previstas pela constituição. Durante seu

governo, surgem conflitos militares contra ele, como a Revolta da Armada (com a Marinha exigindo as eleições) e a Revolta Federalista, que começa com uma disputa entre as elites gaúchas. Com o comando do exército em suas mãos, o presidente resolve essas crises, e termina seu mandato até com grande apoio popular, tendo em vista o controle econômico realizado por ele.

### **REPÚBLICA OLIGARQUICA**

Com a chegada dos civis ao poder, fica claro a capacidade de controle das elites frente à República. Praticamente todas as decisões tomadas pelo governo visavam agradar os chamados coronéis.

Este poder se dava através do controle de votos. O chamado Curral Eleitoral ocorria devido ao uso de ameaças e punições contra os trabalhadores. Com o voto aberto, todos os votos eram controlados pelos donos de terras, que exigiam que seus funcionários votassem em seus candidatos prediletos. Com esse poder, os Coronéis trocavam esses votos por benéficos que seriam realizados durante a gestão dos políticos em questões. Na prática, as eleições eram decididas no instante que estes acordos eram realizados, e os políticos acabavam se sujeito aos desmandos daqueles que garantiam suas vitórias eleitorais.

Os coronéis com maior número de trabalhadores possuíam maior capacidade para interferir no resultado de eleições e nisso, dois estados acabavam se destacando: São Paulo e Minas Gerais. Os dois estados eram os mais populosos do Brasil, o que significa um maior número de trabalhadores, e conseqüentemente votos, para os coronéis destes estados. Além disso, os dois estados trabalhavam com a produção de café, o que fazia com que os interesses de cada um destes estados fossem parecidos. Desta forma, uma aliança não parecia estranha para os coronéis destas duas unidades da federação. A Política do Café com Leite, como ficou conhecida, explica o poder dos coronéis cafeicultores frente à república como um todo.

Além deste acordo entre os estados, havia a Política dos Governadores. Para garantir a manutenção dos mesmos grupos políticos no poder o governo federal modifica a forma de fazer a contagem dos votos. Ao invés de cada caderno eleitoral ser analisado em cada cidade, pelos representantes do governo, o governo cria Comitês de Verificação na Câmara dos Deputados. Tal medida evitava disputas eleitorais nas cidades (do tipo da Revolução Federalista, no RS) com mais de um grupo de políticos. Além disso, ao analisar os cadernos na capital federal, o governo garantia uma ampla possibilidade de manipular o sistema, garantindo a posse de seus aliados. A medida era realizada de forma extremamente simples: bastava o Comitê considerar que o caderno havia sido alterado, que ele era considerado nulo, sendo necessário a realização de outro processo eleitoral na região.

Com o poder, os coronéis conseguiam manter o governo como refém de seus interesses. Isso pode ser visto com a criação do Convênio de Taubaté, onde o governo se via obrigado a comprar toda a produção de café brasileiro. Tal medida a princípio foi eficiente, pois possibilitava que o Brasil controlasse o preço das sacas de café, garantindo o seu lucro. Com o tempo, a valorização do café passa a ser prejudicial ao país, visto que os coronéis, em busca de lucro e com poder para ameaçar os governantes, exigiam que o preço pago a eles fosse o mais alto possível, e, para ampliar os lucros, a cada ano a produção era crescente, gerando maiores custos para a compra da produção. Somada a este fator estava o pouco crescimento do consumo do café. Mesmo com toda a publicidade criada pelo Brasil, a venda do café não segue o crescimento da produção. O país passa a ter que construir locais para armazenar o café, o que gerava ainda mais gastos para o governo. Na segunda metade da década de 1910, a valorização

já passa a dar prejuízos, porém, ela é mantida até 1930, quando Getúlio Vargas encerra com o acordo econômico.